

SUSTENTABILIDADE ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL

Pedro Selvino Neumann¹
Carlos Loch.²

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão acerca da sustentabilidade espacial e das mudanças contemporâneas na configuração do espaço rural a partir de estudos de caso de duas realidades rurais distintas na região central do Rio Grande do Sul. As reflexões sugerem que, ao invés de negado, esquecido ou desvalorizado, o rural deve ser reafirmado, pois a única possibilidade de pensar ambientes urbanos que respeitem os modernos princípios do desenvolvimento, é pensar racionalmente a ocupação do rural. Assim, a questão que se coloca é de como se fará a ocupação desse espaço. Por fim, o artigo aponta a importância dos instrumentos de planejamento e ordenamento físico territorial à gestão da sustentabilidade espacial.

Palavras-Chaves: Sustentabilidade Espacial; Desenvolvimento Sustentável; Gestão Ambiental; Ordenamento Territorial.

ABSTRACT

The spatial sustainability and contemporary changes in the rural space configuration were studied in order to make reflections about this environment. Two rural environments in the central area of Rio Grande do Sul, Brazil were analyzed. The rural should be reaffirmed, against the trend of depreciation and misunderstanding, but the only possibility to understand urban areas with respect for the modern concepts of development is starting from the rational rural space occupation. The main question to answer is how will be done the occupation. Also, planning tools and land cadastral systems importance was analyzed.

Keywords: Spatial Sustainability; Sustainable Development; Environmental Management.

1 – INTRODUÇÃO

A questão ambiental é sem dúvida o fato do momento na civilização humana contemporânea, e provavelmente o de maior potencial de questionamento e de transformação na trajetória do processo civilizatório.

Se, por um lado, ela introduz a dimensão temporal, os problemas passam a ser pensados em termos de décadas e mesmo séculos - no futuro das gerações- ao invés de

¹ Prof. da Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Engenharia da Produção da UFSC. E-Mail: psneuman@eps.ufsc.br.

² Prof. Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de pós-graduação em Engenharia de Produção. E-MAIL: loch@ecv.ufsc.br

anos e mesmo em dias e horas como costuma pensar o mercado. Por outro lado, introduz também a dimensão espacial, a importância de uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e das atividades econômicas.

Uma das características mais marcantes na história humana na terra, foi a diáspora rural-urbana ocorrida nos últimos anos do presente século. Este fenômeno foi responsável, de um lado, pela formação das grandes megalópolis humanas e, por outro, pelo esvaziamento e empobrecimento do espaço rural.

Em 99% da história evolutiva humana o *homo sapiens* vivia em pequenas bandos ou em tribos, lugares que hoje seriam considerados selvagens. Na maior parte dos restantes 1%, os 10 mil anos de agricultura, a civilização foi rural, viveu em pequenas aldeias e povoados cercados de campo. Assim, na perspectiva evolucionária, as vastas áreas das megalópolis do século XX são uma aberração repentina (Orr, 1999).

O caso brasileiro demonstra que a grande maioria do contingente da população que migrou para as cidades não se urbanizou no sentido *stritu sensu*. Na realidade é difícil, como diria Sachs (1998), chamar de urbanos aos milhares de refugiados de uma agricultura sem homens, que na verdade vivem numa espécie de purgatório, pois não pertencem mais ao rural e tão pouco se integram ao urbano.

Esta é uma condição irreversível? É o destino da população? É ainda possível pensar configurações de modo a freiar este processo migratório? Com tamanha crise de desenvolvimento, notadamente a do caos urbano, dá para imaginar soluções somente a partir do planejamento urbano?

Pensamos que o rural, ao invés de negado, esquecido ou desvalorizado, deve ser reafirmado. Reafirmado, no entanto, não como categoria estanque, compartmentada da sociedade ou do espaço global.

Mas o que é exatamente hoje este espaço denominado rural?

A concentração e aglomeração, de um lado, e a dispersão, de outro, são características suficientemente distintas, por vezes opostas, de dois tipos de espaços. No, entanto, podemos nos perguntar: essa diferença é essencial?

O rural do século XX tornou-se polifuncional. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica a determinados espaços onde as paisagens rurais não traduzem mais unicamente as relações de longo prazo estabelecidas entre o agricultor e a terra, mas revelam a coexistência, a justaposição, pacífica ou conflituosa, de vários grupos sociais.

Que tipo modernidade então devemos buscar para o espaço rural?

A história recente dos países desenvolvidos, especialmente os da Europa, demonstra ser difícil evitar a conclusão de que nas próximas décadas, para Orr (1999) muito antes de 2030, a tendência urbano-rural deverá ter sido revertida. A questão não é se esse modo urbano resistirá, mas sim com que rapidez e com que previsão ou com que posturas. Em outras palavras, a questão fundamental é como se dará a reocupação de áreas rurais nesse próximo século.

Na perspectiva de que sociedade brasileira opte pela sustentabilidade espacial, voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, opção que vários países desenvolvidos espontaneamente ou de maneira planejada parecem já terem tomado, a questão que se coloca é de como vai se fazer a ocupação desse espaço? Se de maneira voluntária, consciente e planejada, respeitando as particularidades de cada ecossistema, destinando zonas mais propícias as atividades de lazer, de moradia, produção agrícola, processamento e industrialização, ...ou como refugiados ecológicos, conduzidos pela necessidade e talvez pelo desespero. Se no futuro um grande contingente de pessoas reabitarem o rural de forma ignorante e de maneira descuida, os efeitos sobre a diversidade e sobre os ecossistemas será desastrosa e provavelmente os esforços ambientais do presente século terão sido em vão.

2 – O DESENVOLVIMENTO CONTRA O RURAL.

A urbanização da sociedade constitui-se em uma das grandes transformações da humanidade, comparável à domesticação de plantas e animais ocorrida há cerca de 10.000 anos e que tornou possível a vida sedentária. No início do século XIX apenas 3% da população mundial era considerada urbana. Em 1950 quase a metade dos americanos viviam em áreas rurais e dependiam fundamentalmente da atividade agrícola, quarenta anos depois (1990) esse número se reduziu a 22,9% e somente 1,9% dos americanos moravam nas fazendas. Na América Latina 75% da população vive nas cidades. Um exemplo da hipertrófia urbana é cidade de Lima no Peru, com apenas 0,3% do território nacional, concentra 33% da população, 70 % empresas, 80% dos depósitos bancários e 75% dos médicos (Science, 1995). No Brasil, em 1940, 68% da população ainda vivia no campo, sendo que atualmente 75% da população vive nas cidades.

A diáspora rural-urbana se caracterizou como um fenômeno completamente distinto nos países desenvolvidos em relação a população que se transferiu para as áreas urbanas nos países subdesenvolvidos. Nos primeiros o excedente populacional contou

com duas “válvulas”: as duas as guerras mundiais e, principalmente, as políticas de incentivo a emigração do excedente populacional para outros países. A população que permaneceu realmente se urbanizou.

Já no caso brasileiro, como sustentam Sachs & Abramovay (1998), não ocorreu um processo de urbanização e sim um processo de “desruralização” rápida. Essa massa de emigrantes não se torna automaticamente urbanizada, a não ser por recurso a critérios meramente estatísticos. Urbanizado se refere aquele que dispõem de um teto, de um emprego e de condições de exercício efetivo de cidadania. Assim a massa de desruralizados se concentra não na cidade, mas na pré-cidade, no “purgatório”, nutrindo esperanças de algum dia ser urbanizado.

De uma maneira geral esse problema tem sido contornado, pelas instituições responsáveis por estatísticas e políticas territoriais, através de categorias intermediárias como peri-urbano, semi-rural, campo urbanizado, novo rural, que tentam preencher o espaço do suposto *continuum* entre aqueles dois extremos. (Kageyama, 1998)

A Teoria do *urban bias* poderia ser resumida no seguinte: O processo de desenvolvimento no Terceiro Mundo é sistematicamente orientado contra o campo, as custas do empobrecimento do rural. Não por acaso que a maior parte das miséria absoluta do mundo esta hoje, segundo o Banco Mundial (1998), no meio rural.

Para Sachs & Abramovay (1998), deduzir que o combate a pobreza passa necessariamente pela desertificação social do campo é cometer um duplo equívoco. Primeiro por supor que as cidades poderão integrar produtivamente as centenas de milhões de famílias que vivem hoje em situação de pobreza no meio rural. Segundo, e o mais grave, é de que o deslocamento geográfico dos que estão em situação de pobreza no campo é um desperdício de recursos, de conhecimentos, e de potenciais de desenvolvimento que o meio rural tem hoje a oferecer à sociedade.

A maioria das definições do rural tornam explícito o caráter relativo do rural, como oposição, complemento ou resíduo de sua contraparte, o urbano. Os elementos que definem o rural são indicadores de “desenvolvimento” ou melhor, de menor desenvolvimento. Neste sentido Saraceno (1998) coloca que o “paradoxo da ruralidade” é que ela é definida em termos negativos e só pode permanecer rural se não sofrer mudança ou se declinar. É impossível para uma área rural desenvolver-se sem que automaticamente se torne não rural.

Os dois extremos do *continuum* urbano-rural são concebidos como vasos comunicantes em que, quase por definição, um só - o urbano - se enche, enquanto o

outro - o rural - só pode , consequentemente, esvair-se. A direção é pré-determinada, e o rural sempre perde. Há portanto, segundo Saraceno (1998), um vício conceptual na identificação do rural, que diferencia o espaço de maneira não neutra, inserindo um forte pressuposto sobre suas dinâmicas demográficas.

Se por uma lado este processo significou o empobrecimento e em muitos casos no completo esvaziamento (deserficação) do espaço rural, resultou por outro, na ingovernabilidade e vulnerabilidade dos grandes conglomerados urbanos.

A existência de uma urbanização espúria mostra-se cada vez menos capaz de assegurar, aos que por ela são atraídos, as condições mínimas do que representa a vida civilizada. É neste contexto que, sem a pretensão de resolver os imensos problemas urbanos, o meio rural pode contribuir de maneira importante para atenuar a tendência evidente de seu agravamento. A ONU, no Relatório de Brundtland, reconhece a importância desta questão, pois na lista de medidas a serem adotadas pelos estados como estratégia de desenvolvimento sustentável se destaca o “controle da urbanização selvagem e a integração do campo e das cidades” (Relatório de Brundtland)

Sem dúvida que as cidades e os modos urbanos estão para ficar, no entanto, as maneiras pelas quais as cidades evoluirão nos próximos anos serão variáveis cruciais para o processo global de desenvolvimento. A harmonia da vida rural revela a reconstrução do imaginário de uma época de ouro que não volta mais, entretanto, o futuro pode ser rural, ao menos no resgate de certos valores perdidos na civilização moderna.

Não se pretende, como alguns propõem, que o rural seja um depósito dos problemas das grandes megalópolis. Como contra ponto a explosão urbana, sobretudo na periferia das grandes cidades, a solução seria de enviar levas destes excedentes instalando-os onde há espaços. O metro quadrado nos espaços urbanos é muito mais caro, por que não construir no rural leprosários, sanatórios, penitenciárias ou outras construções do tipo? Afinal, como indagam Teixeira & Lages (1998): “as usinas de tratamento do lixo ou os lixões já não são metáforas destas proposições?”

Não se trata também, de fazer uma apologia ao rural, mas de buscar um desenvolvimento em base a uma sustentabilidade espacial, de estabelecer uma nova configuração nas relações entre cidade e campo onde o meio rural poderá representar mais do que um reservatório onde ficam os que ainda não tiveram a oportunidade de realizar a aventura da vida urbana. A Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis

realizado em Aalborg, Dinamarca, reconhece a importância dessa questão da seguinte forma:

“Nós cidades reconhecemos que as autoridades locais devem estabelecer políticas de ordenamento do território que integrem um avaliação estratégica dos efeitos de todas iniciativas ambientais, o conceito de interdependência regional eqüitativa deverá permitir o equilíbrio dos fluxos entre a cidade e o campo dissuadindo as cidades de explorarem simplesmente os recursos de áreas periféricas (Carta de AALBORG, 1994)

Além disso, quaisquer que tenham sido as transformações quantitativas ou qualitativas, é no rural que se encontra o habitat do que nos resta de biodiversidade no planeta, dos recursos hídricos, de belas paisagens. É ainda o *locus* da produção de alimentos e biomassa, portanto um espaço de grande importância.

A busca de uma outra modernidade rural constitui, na opinião de Sachs (1998), um problema central para o futuro da humanidade. Para o autor as principais “alavancas” a serem acionadas para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, correspondem à gestão das inovações tecnológicas e dos processos de distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas no espaço. Dessa forma, segundo o autor, a planificação socio-econômica e a organização territorial passam a se sobrepor, e a busca de novas configurações rural-urbanas adquire uma importância renovada.

3 – UMA RE-LEITURA DO RURAL: O Caso dos Municípios de Santa Maria e de Toropi - RS³

3.1 – Uma Rápida contextualização dos Municípios em Questão.

O município de Santa Maria localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, possuindo a extensão territorial de 1.160 Km², sendo a população de 223.351 habitantes (IBGE,1996). Segundo o cadastro realizado pela equipe de pesquisa em sistemas de produção e desenvolvimento regional, constatou-se uma população rural de 4.423 habitantes cadastrados⁴, o que corresponde 2 % da população total do município. No período de 1980-1996, a taxa de crescimento da população urbana foi de 2,06 e da população rural de- 2,08.

Santa Maria caracteriza-se como pivô regional, ou seja, tem atraído população e recursos dos demais municípios da regiã. A atividade agropecuária representa apenas 6 % do PIBcf do município. Neste predomina o setor terciário com 84,80 % do PIBcf, sendo o setor industrial responsável por 9,1 % do PIBcf. Desta forma, observa-se tratar-

³ Os dado que serão apresentados a seguir são resultado do trabalho desenvolvido por um dos autores deste artigo no grupo de pesquisa “Sistemas de Produção Agrícola e Desenvolvimento Regional Sustentável”, formado por uma equipe de professores da Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Não estão computados os dados de 50 famílias que faltam completar as informações por problemas logísticos.

se de um município atípico em relação aos municípios gaúchos, onde a agricultura é um setor marginal e, portanto, sem peso na definição das políticas públicas.

O município de Toropi emancipou-se em 1996, abrangendo uma área de 180 km², possuindo 3.170 habitantes, sendo 90% na zona rural. Os dados cadastrais indicam que a população se mantém praticamente constante.⁵ O município tem 80 % da área coberto pelo solo Ciríaco-charrua, caracterizado como brunizem avermelhado, raso e textura argilosa (no mínimo 35 % de argila), solo fértil e localizado no rebordo da serra geral. O município caracteriza-se pela existência de significativa área topograficamente accidentada, consequentemente, de difícil mecanização, prevalecendo a tração animal nas propriedades rurais do município, como demonstra a figura 1. Por ser um município tipicamente rural, não se fez uma diferenciação entre a zona urbana⁶ e rural, portanto foram cadastrados todos os estabelecimentos do município.

4.2 – A Tipologia dos Estabelecimentos do Meio Rural.

Foram cadastradas até o momento 1311 estabelecimentos estabelecimentos no município de Santa Maria⁷ e 591 estabelecimentos do Município de Toropi.

A totalidade dos estabelecimentos cadastrados foi classificada em 7 classes em Santa Maria e 5 classes para Toropi, considerando como critério fundamental as diferentes posições ocupados pelos estabelecimentos em relação a utilização do espaço agrário e a propriedade dos meios de produção. Considerou-se sempre a dinâmica central do estabelecimento, ou seja, o que explica a reprodução econômica da família⁸.

Em relação a tipologia dos estabelecimentos no município de Toropi, observa-se uma menor diversidade, com amplo predomínio da classe dos agricultores familiares. No entanto, dentro desta classe, evidencia-se como significativo o elevado número de estabelecimentos em que as famílias de agricultores exploram a terra em relação de parceria. Somente a classe de estabelecimentos denominada de “aposentados”, seguem a mesma característica já identificada. Outra particularidade marcante do município, é amplo predomínio dos estabelecimentos que tem como base para o desenvolvimento das

⁵ No momento, ainda faltam em torno de 50 agricultores a serem cadastrados, devido a não terem sido encontrados na residência, mas as projeções indicam uma população próxima aos dados da EMATER(1997).

⁶ Segundo levantamento da EMATER-RS realizado em 1997, a população urbana representa 10% do total do município. Além disso, a população residente na zona definida como urbana possui atividades relacionadas a agricultura e muitos que realizam atividades tipicamente urbanas residem na zona rural.

⁷ estipula-se que representem 95% dos estabelecimentos existentes no meio rural. Restam duas pequenas áreas a serem cadastradas e que somente provocarão uma alteração na número de unidades de lazer, uma vez que uma das áreas não cadastradas é constituída por uma região de balneários

⁸Por Exemplo, para ser classificado como aposentado, a dinâmica do estabelecimento (ou unidade de produção) deve ser dada pela aposentadoria de seus membros, não bastando a presença de uma pessoa aposentada.

atividades agrícolas a tração animal (89%), demonstrando uma realidade completamente distinta a do município de Santa Maria.

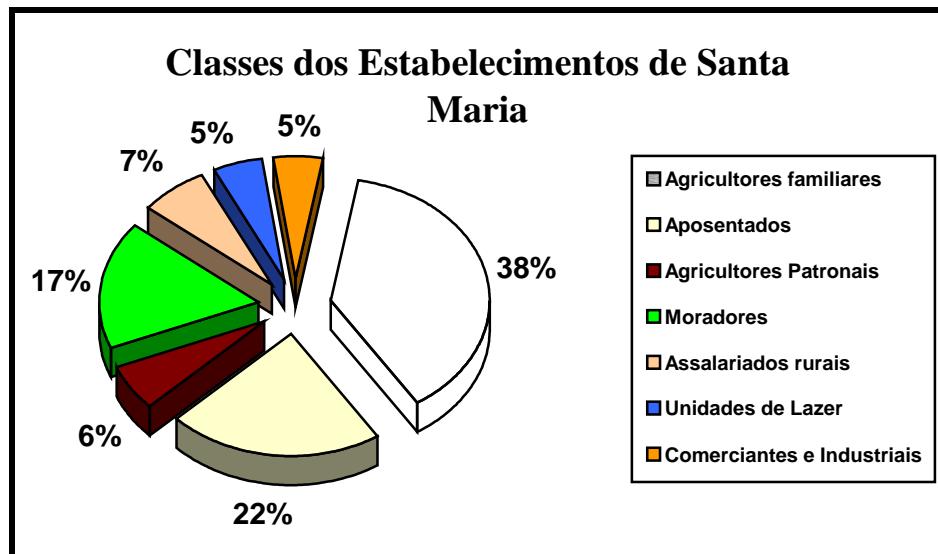


Figura 2. Classes de Estabelecimentos Rurais do Município de Santa Maria.

Fonte: NEUMANN et all, 1999.

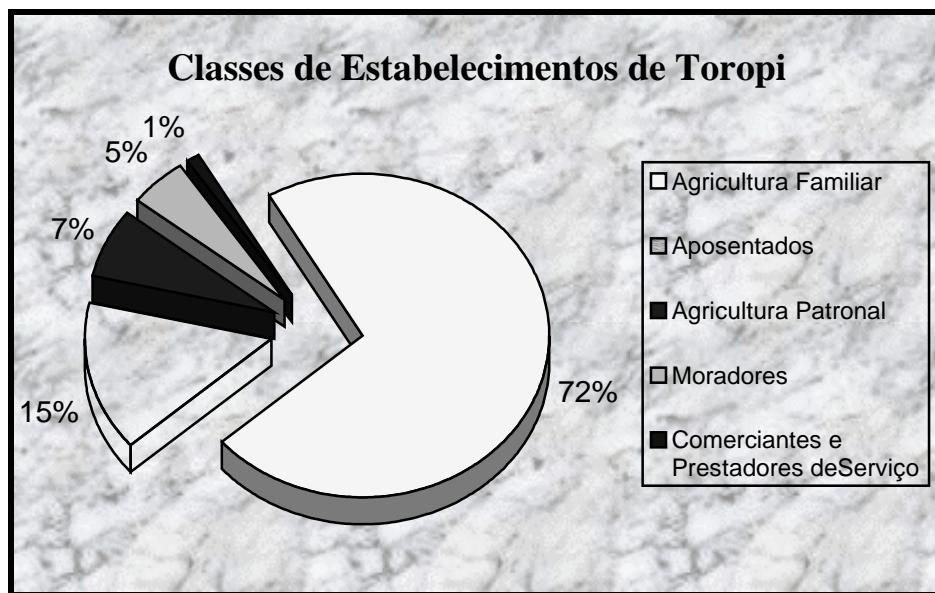


Figura 3. Classes de Estabelecimentos Rurais do Município de Toropi.

Fonte: NEUMANN et all, 1999.

- A Classe dos Moradores:

Esta classe representa 17% do total dos estabelecerimentos do meio rural de Santa Maria e somente 5% em Toropi. Estão neste grupo somente os estabelecerimentos que tem o rural como espaço de moradia, seus membros são economicamente dependentes

das atividades exercidas no centro urbano. Somente alguns desses estabelecimentos desenvolvem atividades agrícolas de subsistência em pequena escala. No caso de Santa Maria a grande maioria do contingente de “moradores” (80%) é de trabalhadores urbanos estabelecidos nas zonas de transição entre o espaço urbano e o rural, que fizeram esta opção por razões econômicas. Entretanto, uma outra parcela, constituída pelos estabelecimentos ocupados por profissionais liberais e autônomos (20% do total dos estabelecimentos), tem no espaço rural uma preferência declarada de moradia.

- A Classe dos Assalariados:

Nos estabelecimentos denominados como sendo de Assalariados, 7% do total dos estabelecimentos em Santa Maria e sem a representatividade numérica de Toropi, foram classificados somente os estabelecimentos que tem a sua dinâmica determinada exclusivamente pelo assalariamento agrícola permanente ou temporário. São caracterizados como estabelecimentos de moradia e geralmente não possuem área para produção agrícola.

- A Classe dos Aposentados:

Nesta classe estão os estabelecimento com características de unidades de produção agrícola que tem a sua dinâmica determinada pela aposentadoria de um ou mais de seus moradores, representam 22% do total dos estabelecimentos rurais em Santa Maria e 15% em Toropi. Em Santa Maria a grande maioria desses estabelecimentos (46%) não desenvolvem nenhum tipo de atividade agrícola. Uma parcela desses (36%) desenvolve atividades de subsistência, e somente 18% permanecem desenvolvendo algum tipo de atividade em termos comerciais. A maioria dos estabelecimentos são conduzidos por um casal de idosos, sendo que o estabelecimento não tem a seu futuro definido, podendo, na sua grande maioria, tornar-se caduco. Em Toropi 70% não tem produção agrícola comercial contra 30% que tem produção comercial em pequena escala.

- A classe dos Agricultores Familiares:

Esta classe é representada em Santa Maria por 38% do total dos estabelecimentos e 72% em Toropi. Neste conjunto estão os estabelecimentos cuja dinâmica de reprodução está assentada na produção agrícola familiar (mais de 80% da mão de obra utilizada no ano agrícola provém do grupo familiar). No caso de Santa Maria duas grandes categorias constituem esta classe: a categoria de *Minifundiários* (26 % dos Agricultores familiares), unidades de produção com pequena área total, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência com comercialização dos excedentes

e empregando parte dos componentes da família em outros estabelecimentos (como mão de obra temporária ou permanente); e a categoria dos *Agricultores Familiares Comerciais*, composto por uma gama variada de unidades de produção que dependem economicamente da exploração do estabelecimento como unidade de produção agrícola.

No caso de Toropi é identificada uma terceira categoria, a dos *agricultores parceiros*, constituídos de famílias de agricultores familiares que realizam o processo produtivo em parcela de outro estabelecimento ou unidade de produção, ficando parte do resultado do processo produtivo com o dono da terra. Os parceiros dispõem de áreas pequenas, geralmente menores de 5 ha, e praticamente a totalidade trabalha com a cultura do Fumo.

- A Classe dos Agricultores Patronais:

Foram incluídos nestas classe todos as unidades de produção agrícolas que contratam mais de 20% da mão de obra necessária às atividades da unidade, representam 6% do total dos estabelecimentos em Santa Maria e 7% em Toropi. Em Santa Maria duas categorias compõem esta conjunto de unidades: A categoria dos *Fazendeiros* (9% dos estabelecimentos patronais), composta por unidades típicas e exclusivamente de pecuária extensiva; A categoria de *Empresários Rurais* (91% dos estabelecimentos patronais), é caracterizada por estabelecimentos com exploração mais intensiva, de parte ou da totalidade, da unidade de produção. Em Toropi verifica-se a presença somente dos Empresários Rurais

- A Classe dos Comerciantes e Industriais:

Este conjunto de estabelecimentos em Santa Maria representam 5 % do total, exercem atividades típicas dos setores de serviço (comércio) ou de transformação (indústria) nem sempre vinculados as atividades agrícolas. No município de Toropi não se verifica a presença dos industriais e sim de prestadores de serviço (como na atividade de transporte do fumo).

- A Classe das Unidades de Lazer:

É o conjunto de estabelecimentos que tem sua dinâmica definida pela utilização da unidade de produção como uma unidade de lazer, pelo proprietário e sua família. São unidades usufruídas pelos donos nos finais de semana ou em determinadas épocas do ano e empregam geralmente uma família (caseiros ou agregados). Uma parcela dessas unidades (13% dos estabelecimentos de lazer) foram denominadas de *Fazendas de Lazer*, caracterizadas por possuírem grandes áreas e com desenvolvimento de uma pecuária extensiva, não se constituindo, no entanto, em uma atividade econômica capaz

de explicar a dinâmica e a racionalidade da unidade. As unidades restantes (87% das unidades de Lazer) foram denominadas de *Chácaras de Lazer*, unidades menores (até 50 ha) e que geralmente praticam atividades agrícolas variadas, mas sem expressão econômica.

5 – CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO: Uma Mudança de Paradigmas no Planejamento e nas Políticas para Sustentabilidade Espacial

5.1 - O Espaço Territorial como Categoria Analítica e de Planejamento.

O Processo crescente de diferenciação do espaço rural trouxe como resultado que o conceito de rural perdeu progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, que podia ser contraposto ao urbano. Em parte, porque as outras atividades paralelas ou integradas a agricultura variam muito segundo o contexto e, em parte, pelo modo como algumas funções foram incorporadas ou adaptadas no ambiente rural.

Países de desenvolvimento recente, como Portugal , Espanha, Grécia, e mesmo os de desenvolvimento antigo, como Alemanha, Suíça e a Áustria, não possuem políticas rurais autônomas em sua tradição administrativa, mas sim políticas regionais que integram, ou as políticas urbanas ou aquelas rurais referidas exclusivamente ao território.

A noção de rural deveria ser estritamente territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividades. As transformações ocorridas no rural implicam que as políticas considerem o fato de que as zonas rurais tem necessidades novas, típicas de uma sociedade urbana moderna, como por exemplo, de estabelecer zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, além das áreas exclusivamente agrícolas e pecuárias.

Na verdade o que está em questão é o reconhecimento do papel desempenhado pelo território, visto como um espaço de interação entre atores sociais. Afinal, o espaço não é um substrato neutro e passivo, sobre o qual repousa a organização social, mas sim um ponto de partida material por excelência. Tem conteúdo histórico, ao mesmo tempo em que condiciona as atividades humanas e é por elas transformadas.

5.2 – O Local/Regional Como o Locus do Desenvolvimento.

Atualmente reconhece-se o fato de que as diferenciações territoriais são o resultado da inter-relação entre aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade determinada conjuntamente com as ligações de natureza variada que ela tem com o resto do mundo (o mercado global). Cada área é de fato um caso de combinação única entre fatores internos e destes com o exterior, e é justamente

este fato que determina a competitividade de uma área, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontre, incluído aquele de declínio (Saraceno, 1998).

Isto implica em admitir que não há apenas um único modelo de percurso, mas sim múltiplos, e que as diferenciações se reproduzem e são importantes, tanto antes como depois do desenvolvimento. Estas serão compreendidas como aspecto positivo a ser valorizado em vez de negativo a ser eliminado, tornam-se um elemento estrategicamente importante e que pode determinar a competitividade de uma área.

Se isto é verdadeiro, então as políticas de desenvolvimento deveriam reconhecer e utilizar essa diversidade. Significa que as receitas comuns, válidas para todas as zonas desfavorecidas, não são mais adequadas e da mesma forma as abordagens do tipo “de cima-para-baixo”, porque simplificam e ignoram as diferenças contextuais. Portanto, neste contexto as políticas adequadas vem a ser as de “de baixo-para-cima”, muito mais propícias a considerar as especificidades locais. Para Saraceno (1998) elas são as únicas capazes de garantir uma integração entre as diversas ações e de comprometer institucionalmente os interesses econômicos, sociais e culturais através das parcerias verticais e horizontais.

Nesta perspectiva, a compreensão dos vários padrões de diferenciação que levam os espaços a se distinguirem uns dos outros torna imprescindível uma análise rigorosa dos complexos processos que compõem e conformam cada localidade ou região (Murdoch & Marsden, 1994)

A referência espacial relevante é a economia local (cidade e seu entorno rural) que forma o “ambiente produtivo” ou o contexto. A análise da capacidade de desenvolvimento das áreas rurais – dada pela sua diversificação interna e suas formas de integração com o exterior – deve ter portanto dois pólos: as empresas (ou as famílias) e o contexto ou economia local em que se inserem (Kageyama, 1998)

Redimensionam-se assim os espaços de decisão, assumindo relevância o papel do município/região como *locus* privilegiado de definição das políticas públicas, superando-se os grandes projetos tecno-burocráticos geridos pelos governos centrais. O novo ordenamento jurídico instituído para o país através da constituição de 88, estabeleceu uma grande autonomia política, administrativa e financeira para os municípios. Mas, em contrapartida, as atribuições e responsabilidades desses cresceram substancialmente, prevendo-se inclusive a transferência dos principais serviços públicos básico, razão pela qual tal processo passou a ser denominado de “municipalização”

Deste modo, surge a necessidade e a possibilidade de se construir estratégias de desenvolvimento que forneçam às regiões a competitividade técnico-econômica e, ao mesmo tempo, garantam a sustentabilidade do processo no médio e no longo prazo (Codevat, 1995; Haddad, 1992).

5.3 - O Desenvolvimento Agrícola Sustentável como Horizonte.

O fato de os agricultores serem minoritários em muitos espaços rurais, como no caso de Santa Maria, (menos de 50 % do total população rural), não os impede de serem majoritários na ocupação destes espaços e, portanto, terem uma responsabilidade específica na sua gestão. Não os impede, também, de exercerem um peso econômico e político muito maior do que demonstram as estatísticas oficiais.

O fato do espaço rural assumir outras funções não significa uma perda de importância do agrícola. Ao invés de negado, esquecido ou desvalorizado, o setor agrícola deve ser reafirmado. Reafirmado, no entanto, não como categoria homogênea, estanque, compartimentada e sem relação com demais funções do rural. O reconhecimento do espaço rural como polifuncional, potencializa o agrícola na medida redireciona recursos e mesmo campos profissionais, antes eminentemente urbanas.

A tentativa de valorizar o rural é paralela a elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento agrícola: passar para uma lógica de domínio do meio físico para uma outra baseada na convivência com os ecossistemas. Isto é, não se trata de elevar tão somente o rendimento por produto, através da artificialização máxima dos meios naturais e da eliminação dos meios biológicos que não contribuem de forma imediata à elevação da produtividade. O novo paradigma de desenvolvimento técnico na agricultura apoia-se na noção de ganho de produtividade em que se joga com e não contra a variabilidade dos sistemas naturais (Sachs & Abramovay, 1998)

Neste contexto, a sociedade requer cada vez mais que o processo produtivo agrícola seja sustentável, garanta a oferta alimentar no presente e preserve os recursos naturais para as gerações futuras. A noção de “Sustentabilidade” postula que a construção do conhecimento tecnológico se dê através de situações específicas da realidade, como forma de produzir “respostas” adequadas às condições singulares. Adotando-se uma visão positiva para o processo de construção da sustentabilidade na produção agrícola, devemos ter bem claro um dos principais dinamismos de sua lógica: a pretensão de gestar sistemas de produção que mantenham médias de produtividade similares ao longo do tempo. Portanto, conhecer como evolui e quais elementos

condicionam a produção agrícola em determinada região é pré-requisito para se construir novas propostas ao desenvolvimento agrário regional.

5.4 – A Revisão dos Métodos e Instrumentos de Planejamento.

As transformações qualitativas e quantitativas ocorridas no espaço rural, implicam em questões novas em torno das ações e estratégias que objetivam o seu desenvolvimento.

Parte-se da constatação que o mundo rural não pode ser mais compreendido como um mundo fechado, como um objeto de estudo isolado, mas sim com um espaço territorial. Neste espaço devem ser analisados os problemas da sociedade global, tais como eles se revelam em condições particulares, isto implica que sejam privilegiados instrumentos transversais e interdisciplinares, de planejamento e gestão deste espaço.

A concepção e o planejamento do desenvolvimento rural exigem que se coordene os esforços e os conhecimentos de várias áreas, em setores de atividades bastante diferentes: crédito agrícola, abastecimento e materiais, infra-estrutura, habitação, lazer, turismo, produções vegetais e animais, transporte, beneficiamento e comercialização de produtos, formação profissional, avaliações financeiras e econômicas, etc. Todas estas funções exigem uma abordagem distinta da tradicional difusão de tecnologias, para qual a transferência e a promoção de técnicas supostamente modernas são suficientes para garantir o desenvolvimento rural e em sintonia com o meio ambiente. Na atualidade, os problemas que envolvem o rural não podem ser reduzidos ao problema tecnológico, ou seja, ao “o que”, “como”, e “quando transferir tecnologia redentora”. É necessário que se tenha uma compreensão da complexidade e da dinâmica dos processos que envolvem o rural em todas suas facetas, dentre elas a cultural, a econômica e a social, além dos processos biológicos e mecânicos.

Desta forma, a configuração de um desenvolvimento rural sustentável, nesta conjuntura de globalização e regionalização, aponta a necessidade de se criar instrumentos metodológicos para conceber e planejar o desenvolvimento, que sejam capazes de dar respostas aos problemas colocados, inserindo-os no contexto social, econômico e agroecológico onde estes se manifestam e adequadas as diferentes categorias e atores sociais presentes no rural.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AALBORG. Carta de Aalborg. *Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis*.
Aalborg, Dinamarca, 1994.

- ABRAMOVAY, R & SACHS, I. A Metade Ausente do HABITAT II in VIEIRA, P. F; RIBEIRO, M. A et all (ORG), *Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente no Brasil; A contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.
- CODEVAT. *Plano de Desenvolvimento do Vale do Taquari*. Lajeado: FATES editora, 1995.
- KAGEYAMA, A Pluratividade e Ruralidade: Alguns Aspectos Metodológicos. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>. UNICAMP, São Paulo, 1998.
- ORR, David W. Our Urban Future? *The Ecologist*. Vol 29, No 3, April 1999.
- SACHS, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento in VIEIRA, P. F; RIBEIRO, M. A et all (ORG), *Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente no Brasil; A contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.
- SARACENO, E. Urban-Rural Linkages, Internal Diversification and External Integration: A European Experience. *Seminário Internacional: Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Decentralizado*. FAO/ONU, Taxco, México. 1997.
- SILVA, J. G. *O Novo Rural Brasileiro*. Instituto de Economia. UNICAMP. São Paulo, 1999.
- TEIXEIRA, M.A & LAGES, V. N. As Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Idéias para a Discussão. *Revista de Geografia*, São Paulo, 14: 9-33, 1997.